

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2022-1					
PROFESSOR(ES)					
Fabiana de Menezes Soares					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIP DIR903					
TEMA					
TEORIA DO PROCESSO					
SUBTEMA					
TEORIA DA LEGISLAÇÃO E DA REGULAÇÃO::métodos e instrumentos tecnológicos					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(x) Sim () Não Mediante justificativa que comprove a prática, formação ou exercício de atividade ligada a elaboração legislativa e regulacão					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
() Sim (x) Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quarta feira	16:00	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(x) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
(x) Sim () Prof Dr Adriano Velloso – DCC/UFMG Prof. Dr. João Lima – DATASENADO Prof. Dr. Manoel Santos – DCP/UFMG		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	CPF	INSTITUIÇÃO

EMENTA
<p>O processo decisional da legislação e da regulação se desenvolveu nos últimos 30 anos promovendo um percurso articulado entre inovações procedimentais, boas práticas, políticas de boa legislação. A singularidade da produção do direito no século XXI está a exigir uma crítica aos conceitos que orbitam em torno da formação da lei e da sua implementação a partir das técnicas e modelos jurídicos que sustentaram movimentos de codificação e a dimensão protagonista dos parlamentos. Nesse sentido, o estudo das fontes do direito, sua dinâmica e a constante evolução das competências normativas além da função legislativa reclamam desenhos institucionais nos sistemas de civil law e common law bem como modelos processuais que fortaleçam ambientes de maior transparência, efetividade de direitos fundamentais, por onde transitam linguagens, dados, evidências, contraditório e dissensos. Conceitos, princípios e processos são enucleados por meio das abordagens da Ciência da Legislação e Argumentação, Teoria da Legislação, Legisprudência e da Metodologia da Legística com o fim de</p>



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

identificar itinerários, procedimentos e limites nos processos de elaboração normativa do Executivo, Legislativo e Judiciário considerando a tecnologia da informação e até mesmo da inteligência artificial

BIBLIOGRAFIA

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Legística: Qualidade Da Lei e Desenvolvimento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.
- ARISTÓTELES, A Política. 3a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006. ARON, Raymond. Ópio dos Intelectuais. Tradução Jorge Bastos, Três estrelas: São Paulo, 2016.
- ATIENZA, Manuel. Contribución a uma teoria de la Legislación. Civitas: Espanha, 1997.
- BASTIT, Michel. Nascimento da Lei Moderna: O pensamento da lei de Santo Tomás a Suarez. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- BENTHAM, Jeremy. Nomography or the art of inditing laws, 1843. BERTI, Enrico. Novos Estudos Aristotélicos – Filosofia Prática. Vol III, Trad. Élcio de Gusmão Verçosa Filho, São Paulo: Edições Loyola, 2014. CANOTILHO, José Gomes. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, volume LXIII, Coimbra, 1987.
- CAUPERS, João. Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de uma disciplina de Metódica da legislação. In: Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação, no35, Outubro-Dezembro 2003, pp. 6 – 58.
- CHEVALLIER, Jacques. A racionalização da produção jurídica. Legislação: Cadernos da Ciência da Legislação. Instituto Nacional de Administração. No 3, Janeiro/Março, 1992
- DE SOTO, Hernando. The Other Path. New York: Basic Books, 1989.
- DELLEY, Jean-Daniel. Pensar A Lei: Introdução a um Procedimento Metódico. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v.7, n. 12, p. 101-143, jan./ jun.2004
- DELLEY, Jean-Daniel; FLÜCKIGER, Alexandre. A Elaboração Racional Do Direito Privado: Da Codificação À Legística. Tradução: Paulo Roberto Magalhães. Revisão da tradução: Maria Lina Soares Souza. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 9, n. 14, p. 35-58, jan./dez. 2007.
- KARPEN, Ulrich ; XANTHAKI, Helen, eds, Legislation in Europe-A Country to Country Guide. Bloomsbury, Hart Publishing 2020
- The Theory and Practice of Legislation, Volume 8, 2020 - Issue 1-2: Legislatures in the Time of Covid-19
- The Theory and Practice of Legislation, Volume 9, Issue 1 (2021) Regulating Diversity
- HOMEM, Barbas. Introdução Histórica à Teoria da lei – Época Moderna, IN: Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação, no 26, outubro-dezembro 1999.
- MADER, Luzius. Avaliação prospectiva e análise do impacto legislativo: tornam as leis melhores? Legislação, no 42/43, janeiro-junho 2006, pp. 177 – 191.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

_____. A avaliação legislativa: Uma nova abordagem do direito. Legislação, no 1, abril-junho 1991.

MAÑAS, José Luis Piñar, Prólogo, pg 9, IN: RODOTÁ, Stefano. La vida y las reglas: Entre el derecho y el no derecho. Traducción Andreas Greppi, Madrid: Editorial Trotta, Fundación Alfonso Martin Escudero, 2010

MORAND, Charles-Albert. Légistique Formelle et Matérielle. Aix-en-Provence, Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE), Improving The Quality Of Laws And Regulations: Economic, Legal And Managerial Techniques, Paris, 1994.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p. ISBN: 8522505284.

NASCIMENTO, Roberta Simões. Teoria da legislação e argumentação legislativa: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. Curitiba: Alteridade, 2019.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, Cristiane; PRETE, Eyng Kulkamp Esther (Org.), Estudos em Legística, Tribo da Ilha, Florianópolis: 2019 ISBN (DIGITAL): 978-65-80478-10-1

SOARES, Fabiana de Menezes Soares. Produção do direito e conhecimento da lei à luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação. Tese de Doutorado. UFMG: Belo Horizonte.2002 < <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-96WPB6>>

WINTGENS, Luc J. Legisprudence: Practical Reason in Legislation. University of Brussels, Belgium, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARNEGEM, R. C. van. **Juízes, Legisladores e Professores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GARCÍA AMADO, Juan Antonio. [Razón Práctica y Teoría de la Legislación](#). **Derechos y**

Libertades: Revista del Instituto Bartolomé de las Casas, año 5, n. 9, 2000, pp. 299-318.

KOSTI, Nir; LEVI-FAUR, David; MOR, Guy. Legislation and regulation: three analytical distinctions. **The Theory and Practice of Legislation**, v. 7, n. 3, 2019, pp. 169-178.

NASCIMENTO, Roberta Simões. [O argumento da intenção do legislador: anotações teóricas sobre uso e significado](#). **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 167-193, out./dez. 2021. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/232/ril_v58_n232_p167.pdf

NASCIMENTO, Roberta Simões. [Quem redige as leis? Desenho institucional da redação legislativa na experiência internacional e no Brasil](#). In: PEREIRA, Gabrielle Tatith (Org.). **Poder Legislativo: defesa institucional, representação judicial e assessoramento jurídico**. Brasília: Senado Federal, 2019, pp. 17-44.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- ORBACH, Barak. [What Is Regulation?](#) *Yale Journal on Regulation Online*, v. 30, n. 1, pp. 1-10, 2012.
- WROBLÉWSKI, Jerzy. A Model of Rational Law-Making. *ARSP*, t. I, XV/2, 1979, pp. 187-200.
- ZAPATERO, Virgilio. [De la jurisprudencia a la legislación](#). *Doxa*, n. 15-16, 1994, pp. 769-789.
- APPLEBY, Gabrielle; OLIJNYK, Anna. Constitutional Deliberation in the Legislative Process. In: LEVY, Ron et al. (Eds). **The Cambridge Handbook of Deliberative Constitutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 88-100.
- JACKSON, Vicki C. [Pro-Constitutional Representation: Comparing the Role Obligations of Judges and Elected Representatives in Constitutional Democracy](#). *William & Mary Law Review*, v. 57, i. 5, 2015-2016, pp. 1717-1788.
- OLIVER-LALANA, A. Daniel. Legislative Argumentation and the Rule of Law. In: FETERIS, Eveline et al (Eds.). **Legal Argumentation and the Rule of Law**, Eleven, 2016, pp. 159-170.
- WALDRON, Jeremy. Principles of legislation. In: BAUMAN, Richard W.; KAHANA, Tsvi (Eds.). **The Least Examined Branch: the Role of Legislatures in the Constitutional State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 15-32.
- TUSHNET, Mark. [Is Congress Capable of Conscientious, Responsible Constitutional Interpretation?](#). *Boston University Law Review*, n. 89, 2009, pp. 499-509.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Serão disponibilizados durante as aulas.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- UMEDOV, Kadriiddin Minhodzhidinovich. A concept of operational lawmaking technology. In: **SHS Web of Conferences**. EDP Sciences, 2021. p. 04004.
- NOVECK, Beth Simone. Crowdlaw: Collective intelligence and lawmaking. *Analyse & Kritik*, v. 40, n. 2, p. 359-380, 2018.
- ONI, B. O. The role of Information and Communication Technology (ICT) in lawmaking. 2015.
- HOWES, David. E-legislation: Law-making in the digital age. *McGill LJ*, v. 47, p. 39, 2001.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito